A propósito do Regente Feijó

Damásio E. de Jesus
(sócio titular do IHGSP)

Surpreendeu-me, há poucos dias, a notícia de que meu nome foi indicado, pela Comissão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para receber a Medalha Regente Feijó. A entrega da prestigiosa venera será feita no próximo dia 17, na Sala do Júri "Desembargador Paulo Costa", Palácio da Justiça, na sede do TJSP, às 10 horas da manhã. Desde já agradeço, de coração, aos amigos e colegas que hajam por bem comparecer ao ato, e agradeço à Comissão que indicou meu nome, na pessoa do Coronel PM Renato Cerqueira Campos, Chefe da Assessoria Militar do Tribunal de Justiça do Estado.

A Medalha Regente Feijó foi instituída no dia 10 de janeiro de 2003 pelo governador Geraldo Alckmin, por meio do decreto nº 47.585. Seu objetivo é fixado no artigo 1º. de referido decreto:

"Fica instituída, no âmbito da Polícia Militar do Estado de São Paulo, a Medalha Regente Feijó, da Assessoria Policial Militar do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que tem por objetivo galardoar personalidades civis e militares e instituições públicas ou privadas que tenham viabilizado os

trabalhos da Polícia Militar em apoio ao Judiciário Paulista, em sua efetiva participação no ciclo da persecução criminal e prestigiado a atividade policial militar como instrumento necessário ao fiel cumprimento dos mandados emanados de autoridades no exercício da função jurisdicional e como garantia da segurança imprescindível ao desenvolvimento dos trabalhos da Justiça, para a paz social".

O objetivo é, pois, nobre e elevado como mais não poderia ser. Fiquei deveras sensibilizado por terem se lembrado, as autoridades militares e judiciárias, de meu obscuro nome.

Por princípio, nunca fui de correr atrás de honrarias. Pelo contrário, sempre adotei o princípio de que elas são como a sombra: quando corremos atrás delas, elas fogem de nós, mas se voltamos as costas a elas e caminhamos para o cumprimento do nosso dever sem pensar nelas, elas vêm atrás de nós sem esperarmos. De qualquer forma, fiquei deveras desvanecido com a designação, pois muito mais do que um mérito ou recompensa pessoal, vejo nela uma homenagem aos princípios, que de longa data, sempre nortearam minha trajetória no serviço do Direito, no Ministério Público, na advocacia e no ensino.

Especialmente me agradou ser, a medalha, da alçada de duas instituições que admiro e venero particularmente, o Poder Judiciário e a gloriosa corporação da nossa Polícia Militar, e também por ser evocativa do grande Regente Feijó, personagem hoje um tanto esquecido, mas que marcou profundamente a história de nosso país, no conturbado período que antecedeu a nossa independência, durante o primeiro reinado, no período regencial e no início do longo e fecundo reinado de D. Pedro II.

Feijó, nascido em 1784 e falecido em 1843, está sepultado, como é bem sabido, na cripta da Catedral Metropolitana de São Paulo. É local que bem vale uma visita, e até mesmo uma viagem, para ser conhecido e admirado, sobretudo depois da primorosa restauração por que passou recentemente nossa Catedral. A impressão de quem desce os degraus que, por baixo do presbitério do templo conduzem à cripta é de deslumbramento. Numa lindíssima capela em estilo gótico, enriquecida por um feérico conjunto de luzes e cores, estão sepultados numerosos eclesiásticos, que se sucederam, desde o século XVIII, como bispos ou arcebispos de São Paulo. Estão também sepultados, com des-

taque especial, o índio Martim Afonso Tibiriçá e o Regente Diogo Antônio Feijó.

Normalmente, nas criptas das Sés somente são sepultados os prelados que foram ordinários do lugar; excepcionalmente, nelas se sepultam certos eclesiásticos que não atingiram o episcopado, mas exerceram seu ministério naquele templo de modo prolongado e insigne. Mas isso é exceção, não é regra.

No caso de São Paulo, as duas exceções são muito notórias. Tibiriçá, o cacique guaianá que, nos alvores da história paulista deu total apoio aos padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, era leigo. Quanto a Feijó, era sacerdote, mas não foi como sacerdote que se destacou. Até não parece ter sido sacerdote exemplar, a julgar pelos confrontos que teve com a disciplina eclesiástica de seu tempo e pela pública, e aliás edificante pela humildade, nota de arrependimento que divulgou depois de ter deixado a Regência do Império. Feijó foi, acima de tudo, um político, no sentido mais pleno e nobre do termo, um homem consagrado à *polis*, à *res publica*.

Ambos, o cacique e o político, marcaram profundamente nossa história. De Tibiriçá, afirmou Anchieta que era não apenas o grande protetor, mas na realidade merecia honras de fundador, da obra inaciana em São Paulo. Sem

Tibiriçá, sem sua influência, sua liderança, seu braço forte e resoluto, o Colégio não se teria podido manter como se manteve, em meio a dificuldades sem nome. Quando morreu o cacique, assistido, como é bem sabido, pela Irmandade da Misericórdia, da qual fazia parte (a mesma benemérita Irmandade que ainda hoje mantém a multissecular Santa Casa de São Paulo), seus restos mortais foram sepultados com respeito e veneração, na capela do Páteo do Colégio. Mais tarde, foram transferidos provisoriamente para a Matriz do Coração de Maria, na Rua Jaguaribe, à espera de que a catedral de São Paulo se construísse. Inaugurada esta em 1954, no ano do Quarto Centenário da cidade, para lá foram, em definitivo trasladados.

A importância de Tibiriçá na história de São Paulo – não só na história civil, mas também na história religiosa de nossa terra – justifica largamente que se lhe tenha aberto a exceção de ser ele sepultado na cripta da Catedral.

O mesmo deve ser dito, analogamente, do Regente Feijó. Viveu ele em tempos de transição, tempos tormentosos em que o Brasil saiu da condição de dependência da coroa lusa para sua plena independência, enfrentando incertezas e graves riscos de desagregação. A proclamação da Independência, como se realizou, mantida a dinastia de Bragança e a forma de governo monárquica, não foi num primeiro momento pacífica. Eram muitos e eram gravíssimos os fatores centrífugos, desagregadores, que por pouco não fizeram, do Brasil, uma imensa colcha de retalhos, numa fragmentação análoga à ocorrida com a América hispânica. Especialmente depois do Sete de Abril, com a abdicação de D. Pedro I, esses fatores de desagregação estiveram muito atuantes. Geralmente costumam os historiadores afirmar que o período regencial, que se estendeu da abdicação, em 1831, até à declaração da maioridade de D. Pedro II, em 1840, representou uma "pré-experiência republicana". Naqueles nove conturbados anos, inúmeros entrechoques políticos e militares ocorreram no Brasil. Foi exatamente nesse período que, mais do que nunca, o pulso forte de Feijó foi importante, foi até essencial para a unidade nacional.

Feijó, que tivera origens muito modestas, em São Paulo, como criança enjeitada e filho de pai incógnito, pouco a pouco fora ascendendo. Foi sacerdote, professor, agricultor. Mas sua verdadeira vocação parece ter sido a política. Foi deputado provincial em São Paulo, foi deputado representando

o Brasil nas Cortes de Lisboa, ainda antes da Independência. Depois, já no primeiro reinado, foi deputado à Assembleia Geral do Império, foi senador, foi ministro. Foi um dos principais líderes do Partido Liberal, que se opunha ao Conservador. Esteve, pois, no início do sistema bipartidário que haveria de prevalecer durante todo o Império.

Foi sempre favorável ao ideário do Partido Liberal no plano teórico, mas, quando no poder, foi autoritario e "durão". Muitas vezes transigiu com seus princípios a bem da unidade e da disciplina sem a qual, repito, o Brasil se teria esfacelado. É nessa união nacional, muito mais do que nos programas de seu partido, que devemos buscar a sua coerência suprema. Do ponto de vista partidário, como do ponto de vista da disciplina eclesiástica, foi incoerente, mas sempre procurou a unidade nacional, acima de tudo.

De menino pobre e enjeitado chegou ao mais alto posto que um político poderia atingir no Império: o de Regente. Exerceu, de facto, a chefia de Estado, governando em nome de D. Pedro II, então menino. Sua regência não foi longa, foi curta e perturbada. Eram muito fortes, realmente, os fatores de desagregação. Mas sua atuação foi essencial para a manutenção do nosso Brasil, uno e indivisível.

Sem Tibiriçá, não teria havido São Paulo. Sem Feijó, não teria havido o Brasil que conhecemos. Minha intenção é, depois de receber a medalha, ir até à cripta da Catedral e, lá, prestar minha homenagem à memória de ambos, o cacique e o regente. Ambos merecem estar sepultados no local de honra em que estão.

[transcrição de www.blog.damasio.com.br]

Em outubro de 2010, Consuelo Pondé de Sena presidindo sessão do "Seminário Internacional 8º. Conde dos Arcos", entre Cybele Moreira de Ipanema e Armando Alexandre dos Santos.